

Ética na política

Para Maquiavel, a moral política distingue-se da moral privada, uma vez que a ação política deve ser julgada a partir das circunstâncias vividas e tendo em vista os resultados alcançados na busca do bem comum. Com isso, Maquiavel distancia-se da política normativa dos gregos e medievais, porque não busca as normas que definem o bom regime, nem explicita quais devem ser as virtudes do bom governante. Em alguns casos, como o de Platão, a preocupação em definir como deve ser o bom governo levou à construção de utopias, o que merece a crítica de Maquiavel.

A nova ética analisa as ações não mais em função de uma hierarquia de valores dada a priori, mas sim em vista das consequências, dos resultados da ação política. Não se trata de amoralismo, mas de uma nova moral centrada nos critérios da avaliação do que é útil à comunidade: se o que define a moral é o bem da comunidade, constitui dever do príncipe manter-se no poder a qualquer custo, por isso às vezes pode ser legítimo o recurso ao mal o emprego da força coercitiva do Estado, a guerra, a prática da espionagem e o método da violência.

O pensamento de Maquiavel nos leva à reflexão sobre a situação dramática e ambivalente do governante: se aplicar de forma inflexível o código moral que rege sua vida pessoal à vida política, sem dúvida colherá fracassos sucessivos, tornando-se um político incompetente. Essas ponderações poderiam levar as pessoas a considerar que Maquiavel defende o político imoral, os corruptos e os tiranos. Não se trata disso. A leitura maquiaveliana sugere a superação dos escrúpulos imobilistas da moral individual, mas não rejeita a moral própria da ação política. Para Maquiavel, a moral não deve orientar a ação política, segundo normas gerais e abstratas, mas a partir do exame de uma situação específica e em função do resultado dela, já que toda ação política visa à sobrevivência do grupo e não apenas de indivíduos isolados.

Na nova perspectiva, para fazer política é preciso compreender o sistema de forças existentes de fato e calcular a alteração do equilíbrio provocada pela interferência de sua própria ação nesse sistema: como vimos, o desafio está em compreender bem a relação fortuna-virtu.

Com o distanciamento da política normativa dos gregos e a secularização da política, cabe ao próprio governante estabelecer caminhos. O filósofo francês Claude Lefort nos ajuda a compreender: Em definitivo, em nenhum lugar está traçada a via real da política. [...], O príncipe deve acolher a indeterminação e [...] se ele renunciar à ilusória segurança de um fundamento, terá a chance de descobrir, na paciente exploração dos possíveis, os sinais da criação histórica, e de inscrever sua ação no tempo.